

---

## Estado Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres<sup>1</sup>

PONTO DE VISTA, Nº 2, fevereiro 2010  
ISSN 1983-733X

**Renato Boschi<sup>2</sup>**

### i. Introdução

Diferentemente de outras crises que em anos recentes assolaram o sistema capitalista mundial, a crise que eclodiu em finais de 2008 como resultado da desregulação dos mercados financeiros não se originou na periferia do sistema e tampouco afetou de maneira drástica um conjunto de países emergentes, como foi o caso na América Latina e, mais particularmente, no Brasil. Por outro lado, os sinais de recuperação também se fizeram sentir com mais rapidez no Brasil, com expressivas taxas de recuperação no nível do emprego, bem como prognósticos de crescimento em valores positivos e razoáveis<sup>3</sup>, em contraste com a recessão que ainda se faz sentir nos Estados Unidos e na Europa<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Prepared for presentation at the colloquium “The Brazilian State: Paths and Prospects of Dirigisme and Liberalization.” Bildner Center for Western Hemisphere Studies, CUNY, New York November, 9/10 2009.

<sup>2</sup> Professor Titular do IUPERJ, Co-Coordenador do NEIC (Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo), com a Professora Eli Diniz. Pesquisador do INCT-PPED (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento”).

<sup>3</sup> Os primeiros sinais de recuperação da economia já começaram a aparecer. O crescimento do PIB do segundo trimestre de 1,9%, em relação ao primeiro trimestre, indica que a economia já está em rota de recuperação e que uma aceleração mais forte já teve início no segundo semestre de 2009. Outro indicador importante é o fato

É bem verdade que um conjunto de políticas anticíclicas de caráter emergencial foi adotado em vários países, inclusive no Brasil, evidenciando a possível retomada de um papel mais ativo do Estado do ponto de vista da regulação e de mecanismos de intervenção em geral. Mas desta feita, alguns dos países emergentes, na América Latina e no caso específico do Brasil, foram pioneiros neste papel, com a adoção de políticas de cunho intervencionista e desenvolvimentista na esteira de fracassadas reformas de mercado guiadas pelos princípios do Consenso de Washington. No Brasil, no Chile e na Argentina, governos de centro-esquerda haviam posto em prática políticas que revitalizaram o papel do estado, indicando um retorno a certos princípios do desenvolvimentismo característicos do período que precedeu às reformas de mercado, porém redefinidos e adaptados aos novos tempos (Boschi, 2008; Boschi & Gaitán, 2008; 2008a; 2009). Neste último país, o enfrentamento drástico de crises anteriores, como a de 2002, já havia evidenciado a necessidade de ruptura com a ortodoxia neoliberal no plano macro-econômico, passo visto como crucial para a retomada do crescimento na senda de um modelo neo-desenvolvimentista (Bresser Pereira, 2009). Ainda em outros, governos também à esquerda reeditaram a sua revolução nacional com a adoção de medidas mais radicais de renacionalização ou estatização, como na Bolívia, na Venezuela e no Equador.

Neste quadro, cabe a indagação acerca do papel de trajetórias prévias e características institucionais dos diferentes regimes produtivos quanto às respostas à crise, o que remeteria a análise ao papel que o estado pode desempenhar no contexto das variedades de capitalismo que se redesenham contemporaneamente, sobretudo na periferia e no contexto dos países emergentes (Boschi, 2009), papel esse muito mais central e estratégico do que faz crer a discussão na literatura para o caso dos países avançados (Hall, 2007; Amable, 2003), excetuando-se análises recentes que, sem negar a importância de dimensões ao nível das

---

de que há quatro meses consecutivos a taxa de desemprego está em queda. Em março foi 9%, em julho, 8,1% - taxas muito baixas para períodos de crise (PIB cresceu 1,9%: a crise era um V, 14/09/2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=12005](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12005)).

<sup>4</sup> Segundo dados do IBGE a comparação do desempenho da economia brasileira com as economias mundiais revela que muitas delas tiveram um desempenho inferior ao do Brasil. No segundo trimestre de 2009 em relação ao trimestre anterior, em onze economias da OCDE selecionadas, lograram expansão no PIB a Coreia do Sul (2,6%), Austrália (0,6%), Japão (0,6%), França (0,3%) e Alemanha (0,3%). Desse subgrupo, somente a Coreia do Sul apresentou taxa superior à brasileira que foi de 1,9%. No outro extremo, cumpre destacar a magnitude das retrações na Holanda (-2,0%) e no México (-1,1%). Canadá (-0,9%), Reino Unido (-0,7%), Itália (-0,5%) e EUA (-0,3%) completam a lista dos países selecionados a registrarem diminuição no PIB (Carta IEDI n. 370 - Produção Industrial em Maio de 2009: Recuperação Gradual. Disponível em: [www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)).

firmas, tratam o Estado como crucial em virtude de seus poderes alocativos e regulatórios (Weiss, no prelo 2009). No caso do Brasil, é notório o papel do intervencionismo estatal positivo na configuração de uma modalidade de capitalismo que se mostrou mais coordenado e articulado ao longo do tempo, a partir da revolução modernizante dos anos 1930 efetivada por Vargas, passando pelo desenvolvimentismo da era Kubistchek nos anos 1950 e todo o processo de industrialização por substituição de importações deslanchado ao longo deste período, seguido pelo aprofundamento do modelo capitaneado pelo estado e sua expansão no domínio produtivo durante o período dos governos militares. Mais do que em termos gerais o Estado, aparelhado no próprio decorrer do processo de efetivação desta revolução industrializante do século XX, torna-se necessário atentar para o papel que joga o poder executivo, independente da natureza do regime político, enquanto articulador de burocracias weberianas que foram se constituindo ao longo do tempo (Kohli, 2004; Boschi & Lima, 2002), enquanto formatador das relações capital/trabalho e enquanto articulador das relações entre o setor privado e o próprio estado através da criação de uma estrutura corporativa de representação de interesses (Diniz & Boschi, 2004).

Não menos importante na consideração do papel do estado são as formas de proteção social postas em práticas em distintos momentos do tempo, começando pelas modestas porém importantes políticas sociais para os assalariados e inseridos no mercado formal de trabalho, as quais foram se redesenhando e ampliando o seu escopo ao longo do tempo, passando pelas reformas das coberturas de saúde e previdenciária – também modestas – que se levaram a cabo no âmbito das políticas neoliberais dos anos 1990, até o que se poderia denominar de “expansão da fronteira social” através de um conjunto de políticas focalizadas voltadas ao combate à pobreza e redução das desigualdades em anos mais recentes. Agravada pelas políticas de concentração de renda implementadas ao longo de todo o período desenvolvimentista, sobretudo sob os governos militares, a desigualdade estrutural é marcante na configuração do capitalismo brasileiro, fruto de uma modalidade de transição efetivada pelo alto sem reforma agrária, urbanização a partir de migrações rurais e da exclusão social resultante da aludida incorporação social pela via do trabalho. Desta forma, políticas voltadas à sua redução são condição prévia para a ruptura de ciclos viciosos ou “complementaridades negativas” muitas vezes salientadas na organização do regime produtivo brasileiro quanto visto pela ótica da atuação das empresas (Schneider, 2008),

porque implicariam no provimento de condições básicas para a inserção de vasto segmento da população no consumo.

De particular relevância para uma consideração de processos de desenvolvimento é o fato de que somente numa dimensão temporal de longo prazo é possível avaliar os resultados de políticas adotadas, mesmo porque nem todos os efeitos das políticas são conhecidos ou mesmo esperados com clarividência no momento de sua implementação. Muito recentemente, a importância da variável tempo tem sido também tomada de maneira sistemática nas análises (Pierson, 2004). As decisões sobre políticas neste campo, na maior parte dos casos, envolvem acumulação de experiências, a produção de novas idéias capazes de se impor, de serem processadas pelas instituições e, por fim, de serem alavancadas por coalizões de apoio, assim determinando correções de rotas em trajetórias pregressas. Idéias, interesses e instituições têm tempos distintos e se entrelaçam de maneiras também diferenciadas (Palier & Surel, 2005). A compreensão dessa complexa articulação tem sido o cerne das discussões em diferentes perspectivas de análise institucional contemporâneas, mas, sobretudo, naquelas voltadas à análise comparativa de transformações no capitalismo globalizado. Em contraste com a ênfase na “dependência de trajetória”, a discussão mais recente tem enfatizado a importância de correções de rumo em trajetórias pregressas, marcadas principalmente por mudanças nos quadros de referência das elites combinadas ao ritmo e às possibilidades de operação de certas instituições que fazem diferença. Centrais, neste sentido, são os padrões de organização do setor privado e suas articulações com o Estado, como uma das dimensões do regime produtivo, além dos padrões de financiamento, as maneiras de resolução do conflito capital/trabalho, políticas educacionais e de treinamento de mão-de-obra e o estímulo à geração de tecnologia. (Amable, 2003; Boyer, 2005; Campbell & Pedersen, 2007; Crouch & Farrell, 2004; Crouch, 2005; Deeg, 2005; Deeg & Jackson, 2007; Hall, 2007; Jackson & Deeg, 2006; Hall, 2007; Thelen, 2004).

No caso específico do retorno do estado e do neo-intervencionismo como anteparo às crises sistêmicas, a consideração no longo prazo é fundamental para se apreender a continuidade de trajetória no contexto das substanciais alterações no cenário internacional com a ascensão da China e as conseqüentes oportunidades e restrições que se colocam para a redefinição de posições relativas dos países. No quadro que se define de submissão dos mercados à lógica política, a possibilidade de novos projetos nacionais autônomos, porém voltados a estratégias de inserção competitiva na globalização, está crescentemente vinculada à maneira

como as instituições políticas são capazes de processar o conflito, antes que à natureza em si mesma da modalidade de democracia em questão. Neste cenário, as instituições políticas jogam um papel decisivo, posto que constituem o filtro através do qual novas agendas são produzidas e postas em prática nos diferentes contextos nacionais. Assim, as políticas nessa área vão depender, fundamentalmente, da forma como essas são levadas a cabo, do jogo político entre os atores que estão encarregados de executá-las, da natureza das coalizões de governo que se logra estabelecer para o suporte a uma plataforma desenvolvimentista e, também, das trajetórias prévias, tanto em termos do modelo desenvolvimentista anterior, quanto em termos do tempo e da maneira como as reformas orientadas para o mercado incidiram sobre tal percurso.

Assim, por exemplo, o Chile empreendeu com anterioridade as reformas, num contexto internacional mais favorável e sob um regime autoritário cuja transição foi gradual e pactuada. Neste mesmo tempo, o Brasil aprofundava o processo de industrialização por substituição de importações, efetivava uma transição igualmente controlada, mas que, de uma maneira muito mais rápida, ampliou de forma irrestrita o universo político, em uma dinâmica marcada pela presença de forças sociais expressivas e organizadas. Em contraste, a Argentina não acumulou ao longo do tempo capacidades na linha do desenvolvimentismo estatal, aplicou radicalmente as reformas, sofreu regressão produtiva, foi extremamente vulnerável aos choques externos e, apenas mais recentemente, parece trilhar um caminho menos sinuoso, com fortes sinais de recuperação, que passa pelo recurso a instrumentos heterodoxos de fortalecimento do Estado. Trata-se, enfim, de legados, trajetórias e tempos distintos que configuram hoje modalidades diferenciadas de desenvolvimento capitalista, bem como as possibilidades de retomada do crescimento no contexto da globalização pós-neoliberal. O ritmo e a forma como foram postas em prática as reformas orientadas ao mercado foram mais drásticos no caso do Chile e da Argentina, porém no Brasil, sua implementação tardia e a resistência social às mesmas, operaram no sentido de preservar elementos do passado desenvolvimentista, sobretudo em termos de manutenção de capacidades estatais. O Brasil, a despeito da tradição de mais forte intervencionismo, tem operado sob condições de intensa competitividade, com uma modalidade de capitalismo adequada ao funcionamento dos mercados financeiros, crescentemente baseada em empresas de capitais abertos, com tendência à internacionalização e, sobretudo, com uma política macro-econômica que vem mantendo, de maneira bastante rígida, os fundamentos

da estabilização. A margem de manobra na direção de políticas de desenvolvimento se volta, assim, ao longo prazo, para a criação de condições institucionais capazes de garantir a interlocução do empresariado com o Estado e a implementação de políticas industriais e anticíclicas.

Nessa direção, o argumento central do presente trabalho é precisamente o de que as reformas orientadas ao mercado implementadas nos anos 1990 não foram capazes de apagar, como pretendiam, o legado da era Vargas em alguns aspectos fundamentais para a configuração do capitalismo brasileiro atualmente. Estes aspectos se referem principalmente à persistência de uma matriz institucional, instaurada naquela fase, que se mostrou capaz de articular os interesses do setor privado e inaugurar formatos de interlocução entre este e o estado, de um lado e, de outro, na prevalência de uma legislação trabalhista que não se flexibilizou e é ainda responsável pela manutenção de direitos para os setores sindicalizados da economia formal. Por outro lado, a continuidade de trajetória se expressa também na presença ativa de agências criadas durante o segundo governo Vargas, como o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), que tem desempenhado papel fundamental no fomento às atividades produtivas e de desenvolvimento no país e, mais recentemente, expandindo seu raio de ação para a esfera regional.

De maneira inovadora e, nesse sentido, contrastante com as tendências concentradoras e de exclusão da matriz desenvolvimentista anterior, as políticas de inclusão social baseadas no combate à pobreza e redução da desigualdade implementadas a partir do governo Lula marcam um divisor de águas, pelo fato de proporcionarem uma saída ao desenvolvimento voltada ao mercado interno. É na esteira desses processos e na sequência da estabilização, por sua vez fundada na regulação do sistema financeiro do governo FHC, que um conjunto de medidas anticíclicas têm vigência e passam a operar no enfrentamento da crise.

A primeira parte do trabalho focalizará de maneira sucinta as linhas de continuidade de trajetória em termos das dimensões acima indicadas, ou seja, quanto aos padrões de relacionamento estado/setor empresarial privado e também quanto à atuação do BNDES enquanto agência de fomento. Na segunda parte, indicaremos as principais medidas adotadas pelo governo para o enfrentamento da crise, destacando no seu bojo, a importância das medidas de inclusão social em termos de algumas de suas conseqüências mais imediatas. À guisa de conclusão, procuraremos salientar a expansão da fronteira social como a marca distintiva do intervencionismo estatal em anos recentes e como o principal fator na

configuração do regime produtivo brasileiro que combina, a um tempo uma lógica de expansão para dentro e inserção competitiva para fora.

ii. As linhas de continuidade: organização dos interesses empresariais e o papel de agências estratégicas de fomento

Montada durante o primeiro governo Vargas, a estrutura corporativa de representação dos interesses empresariais juntamente com a legislação trabalhista constituem uma das mais expressivas linhas de continuidade na trajetória institucional do capitalismo brasileiro. Num veio positivo, é possível apontar que através delas foram instauradas as bases para a ação coletiva organizada do setor empresarial de um lado e, de outro, a regulação dos conflitos entre capital e trabalho. Esta arquitetura institucional como um todo foi alvo de muita controvérsia e crítica no momento de sua implantação e nas primeiras análises sobre o seu papel no sistema político brasileiro, sobretudo pelo seu potencial de cooptação e controle dos setores do trabalho, pela geração de um empresariado dependente e fraco e, em algumas avaliações mais recentes pelo fato de reencarnar os princípios autoritários do Estado Novo ou colocar impedimentos à flexibilização do mercado de trabalho. Contudo, especificamente no caso da organização dos interesses empresariais, o fato de que esta estrutura tenha se alterado e se adaptado aos novos tempos, como se argumenta a seguir, e também em virtude de sua sobrevivência como o principal mecanismo de articulação entre o setor empresarial e o estado, é indicativo da sua flexibilidade e propensão à mudança. A despeito de formatos competitivos ou complementares de organização da ação coletiva empresarial instaurados ao longo do tempo, da fragmentação e especialização dessa estrutura tal como destacado num conjunto de trabalhos anteriores (Diniz & Boschi, 2004; 2007) e de um desempenho possivelmente inferior enquanto comparada às estruturas de intermediação em outros contextos (Pedersen, 2008; Schneider, 1995; 2004) é inegável a sua centralidade na organização do regime produtivo brasileiro.

Quais seriam, em linhas gerais, algumas das características que, no âmbito do setor empresarial privado poderiam favorecer respostas na direção do esforço desenvolvimentista? Pode-se dizer que a capacidade de resposta do empresariado às mudanças que se operaram no ambiente institucional com a transição dos anos 1990 foi extremamente rápida, pautada pelo pragmatismo e capacidade de adaptação. Tal transição, caracterizada por uma grande variedade de formatos institucionais, fruto da combinação de modalidades mais centralizadas

de coordenação com coordenação efetivada pelo mercado após as reformas econômicas, implicou uma rápida adaptação das organizações de interesse do empresariado às novas condições de mercado. Além disso, com a redemocratização, o Congresso assume papel de destaque na formulação de legislação pertinente à atividade empresarial e, desta forma, passa a se tornar o alvo da ação organizada do empresariado, com a atuação de lobbies. As organizações empresariais, ancoradas numa estrutura dual com modalidades compulsórias e voluntárias de ação coletiva que se transformou e se adaptou em sucessivos momentos desde o início da industrialização capitaneada pelo Estado a partir dos anos 1930, caracteriza-se, a esta altura, como bastante complexa, combinando segmentação com centralização. Novamente, num rápido esforço adaptativo, tal estrutura se revelou propícia a desempenhar um papel central em termos das atividades de coordenação no novo regime produtivo. Por um lado, se orientando mais ao longo prazo através de associações profissionalizadas e mais eficientes na busca e troca de informações necessárias ao desempenho em seus respectivos setores. Por outro lado, movendo-se na direção de associações articulando cadeias produtivas, além da organização com base em setores da produção, mais típicas das fases anteriores da industrialização (Diniz & Boschi, 2004).

Organizações congregando desenvolvimentistas mais tradicionais, como o IEDI (Instituto para o Estudo do Desenvolvimento Industrial), já há bastante tempo produzem estudos e documentos analisando sistematicamente a situação da indústria, publicam as Cartas IEDI, boletins de acompanhamento da conjuntura industrial na Internet, e estão sistematicamente voltadas ao estabelecimento de parcerias com o governo para o desenvolvimento industrial. A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a mais importante entre as entidades regionais da indústria) numa indicação de embates de visões rompeu com uma longa tradição de unidade em torno de candidatura única e pela primeira vez, recentemente, apresentou competição interna para a eleição de suas lideranças representativas, se moveu na direção de autonomia relativa em relação ao estado, mas também na direção do estabelecimento de vínculos. A CNI (Confederação Nacional da Indústria, a entidade máxima do empresariado industrial no Brasil) passou por um processo de expressiva modernização, criou uma coordenadoria de assuntos legislativos – a COAL – voltada ao acompanhamento dos pleitos de interesse da indústria no Congresso (Mancuso, 2004; 2007) tem investido em estudos de produtividade e uso de tecnologia e tem cuidado também de relações trabalhistas. Além disso, uma série de associações setoriais e algumas outras

organizadas por cadeias produtivas como a ONIP (Organização Nacional da Indústria do Petróleo), têm se mostrado bastante ativas na defesa de seus interesses através de atividades de coordenação. Em suma, há indicações, na esfera associativa do setor privado, de uma adaptação aos novos tempos, sobretudo do ponto de vista da articulação das firmas no regime produtivo que se instalou após as reformas orientadas ao mercado no Brasil (Diniz & Boschi, 2004).

Na mesma linha de criação de vantagens institucionais comparativas em termos da articulação entre o estado e o setor privado, mas fruto de uma iniciativa do primeiro e refletindo a necessidade de modalidades mais amplas de interlocução com a sociedade civil como um todo no novo modelo desenvolvimentista, foi criado o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). Longe de replicar fórmulas antigas e supostamente autoritárias características do período em que a estrutura corporativa oficial foi implantada, este núcleo tem funcionado como um órgão de natureza consultiva para a formulação de diretrizes para as políticas de desenvolvimento. O CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), órgão consultivo da Presidência da República criado em 2003 é composto de 103 membros, sendo 90 da sociedade civil, 13 ministros e mais o presidente da República. Assim como outros órgãos que compõem uma rede de instituições, o CDES difere dos conselhos corporativos do período desenvolvimentista, os quais se constituíam numa modalidade de regulação econômica essencial naquela fase (Boschi & Lima, 2002), no sentido de que não é um órgão representativo de categorias específicas e, muito menos, voltado à definição de políticas setoriais ou à solução de conflitos capital/trabalho. Na verdade, o CDES é voltado à geração de consenso e ao estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento, apontando linhas mestras que possam servir de orientação para diferentes esferas do governo. Nesse particular, este fórum tem se revelado eficaz, sendo possível afirmar que tem tido boa repercussão dentro do governo, embora se constitua ainda num experimento muito recente e, portanto, inconcluso. (Costa 2006). A ênfase na dimensão social perpassa a orientação do CDES, dentro da perspectiva do governo Lula de pautar o desenvolvimento por objetivos de equidade, numa direção oposta ao que caracterizou o desenvolvimentismo do século anterior. Ao passo em que a concepção dominante naquele período era a de crescer para depois dividir, o CDES apresenta como enunciado central a redução da desigualdade almejando a redução do índice GINI de 0,569 registrado em 2004 para 0,400 em 2022. A equidade deve se constituir num critério a orientar todas as decisões

dos poderes públicos, de maneira a que a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres dobre no período. Para tanto, a educação é priorizada como estratégica na transição a um novo modelo de desenvolvimento, lado a lado ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, a valorização do salário mínimo e a manutenção das metas de inflação.

Além do CDES, foi criado também em abril de 2004 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão encarregado da implementação dos principais pontos da Agenda de Desenvolvimento. O CNDI é apresentado como um órgão consultivo que responsável por definir as diretrizes do desenvolvimento industrial do país, ao qual cabe subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial, às atividades de infra-estrutura, à normalização de medidas que permitam maior competitividade das empresas e ao financiamento das atividades empreendedoras. Vinculado à Presidência da República, o Conselho é composto por 13 ministros e pelo presidente do BNDES, e 14 membros da iniciativa privada e trabalhadores. Entre os aspectos da atuação do CNDI voltados à coordenação do desenvolvimento figuram um plano para investimento e inovação sistêmica em indústrias de bens de consumo durável, além do estabelecimento de vínculos entre agências governamentais, universidades e instituições de pesquisa para parcerias com a utilização dos fundos setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Finalmente, em dezembro de 2004 foi criada também uma agência executiva- a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) - voltada à implementação das políticas na área em questão. A Agência tem por finalidade “executar e articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo”.

Assim, no âmbito das atividades de desenvolvimento, além das iniciativas de apoio ao setor privado, pode-se apontar a preocupação com a criação de condições institucionais no longo prazo, sobretudo aquelas relativas ao estabelecimento de relações com o setor privado, centradas nas atividades de coordenação e concertação. Observa-se a retomada, no cenário pós-reformas, de uma trajetória específica de desenvolvimento fundada numa modalidade de intervencionismo estatal que inova, mas que tem uma linha de continuidade com o desenvolvimentismo estatal do século XX. Em resumo, a transição imposta pelas reformas parece se consolidar em termos de um arranjo institucional flexível quanto às relações Estado/setor privado, com novos fóruns de concertação e uma estrutura associativa mais

moderna, calcada nas estruturas corporativas do período desenvolvimentista. Observa-se a geração de competitividade institucional com a criação de um aparato voltado ao desenvolvimento no front da política industrial, por um lado, e da política externa, por outro, com o estímulo às exportações e à integração regional no âmbito da América do Sul.

A reforma do Estado implementada durante o governo FHC preservou certos núcleos de excelência técnica e burocrática e foram mantidas instituições de fomento como o BNDES que, naquele governo, conquanto estivesse encarregado de implementar as privatizações, conservou um protagonismo que se fizera presente durante a fase desenvolvimentista. A despeito de uma aparente ruptura na linha de atuação da agência entre apoiar políticas de corte neoliberal e funcionar como um núcleo de suporte ao desenvolvimento, a continuidade de trajetória se explica pela estrita observância dos preceitos constitucionais definidos desde a sua criação no início dos anos 1950 sob o segundo governo Vargas: o apoio a projetos voltados à geração de emprego. Desta forma, o BNDES se equipou e ampliou seu escopo de atuação numa linha constante de políticas de desenvolvimento. Sobretudo a partir do governo Lula, sua atuação estratégica foi redefinida, passando crescentemente a atuar também numa escala regional na América do Sul.

Como se salientou anteriormente, a política econômica do governo Lula teve como um ponto de partida o compromisso com a manutenção da estabilidade alcançada com a implantação do Plano Real no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O governo do PT assumiu dentro de um quadro extremamente restritivo de forte tendência inflacionária, altos patamares da dívida externa e com o estado bastante desaparelhado em vista de uma reforma administrativa inconclusa e do intenso processo de privatizações. Dentro de tal quadro, foi notável o redirecionamento do gasto público, com a adoção de uma modalidade seletiva de intervencionismo centrado em políticas industriais, estímulo às exportações e programas específicos de apoio às pequenas e médias empresas, entre outras iniciativas no plano doméstico. Essas se complementaram com uma atuação bastante incisiva no front da política externa, voltada a uma estratégia de integração regional. Por trás deste resultado, situa-se a atuação decisiva do governo na direção de conferir destaque ao BNDES, colocando-o como o núcleo de uma rede institucional voltada à coordenação das atividades de desenvolvimento. O governo Lula procurou redefinir o papel do BNDES - numa atividade de fomento ao setor privado de magnitude e amplitude tais que não se tem paralelo na América Latina, em termos do significado, porte e diversidade de linhas de atuação. Tal

redefinição visava, por um lado, a implementação de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE), a qual inovou em termos de uma série de novas linhas de financiamentos como aqueles voltados ao apoio à pequena e média empresas e também incrementando o apoio às atividades de exportação (Boschi,2008).

O BNDES pauta a sua atuação pela concessão de crédito para investimentos de longo prazo a taxas anuais de juros mais baixas (9,7%), com ênfase no crédito às pequenas e médias empresas. Três principais diretrizes marcaram a atuação do BNDES nos últimos anos, especialmente a partir de 2005: aumento na agilidade, com melhorias nas rotinas e procedimentos de gestão; redução no custo dos empréstimos e democratização do acesso ao crédito. Os desembolsos do BNDES – os montantes efetivamente transferidos às empresas - atingiram R\$ 47 bilhões naquele ano, volume de recursos recorde destinado ao financiamento de projetos, valor 17,5% superior aos R\$ 40 bilhões de 2004. Na indústria, as liberações de financiamentos do BNDES alcançaram R\$ 23,4 bilhões, com crescimento de 48% na comparação com o ano anterior (R\$ 15,8 bilhões). Nos primeiros três anos do governo Lula, o BNDES desembolsou R\$ 122 bilhões, dos quais R\$ 66 bilhões (54% do total) foram para o setor de bens de capital, importante termômetro do ritmo de investimentos na produção brasileira (Boschi, 2008).

Estudo mais recente investiga o papel do BNDES enquanto uma agência de fomento do desenvolvimento, salientando as dimensões que seriam favoráveis ao ingresso do Brasil no clube dos países desenvolvidos (Almeida, no prelo 2009). O objetivo do trabalho não é defender que coube ao governo Lula a possibilidade de ultrapassar a barreira para o ingresso do Brasil neste grupo de países, mas identificar o impacto de decisões domésticas sobre o recente progresso material brasileiro. Segundo a análise desenvolvida por este autor, o BNDES desenvolveu uma série de estratégias para complementar as ações destinadas à estabilização macroeconômica e oferecer mecanismos de coordenação e tem cumprido função relevante na promoção de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o Brasil. Desta forma, sublinhar o seu papel significaria questionar a idéia corrente de que tanto a dinâmica do comércio exterior quanto a do mercado de capitais explicariam, por si, o desempenho econômico brasileiro recente.

Numa direção semelhante, outro recente trabalho (Santana, no prelo, 2009) também mostra que o papel do BNDES e dos fundos de pensão de bancos públicos e de empresas estatais tem sido crucial para estabilização de variáveis macroeconômicas que afetam o mercado de

trabalho e setores importantes da indústria brasileira, garantindo-lhes, além disso, capacidade de inovação e inserção competitiva no comércio mundial, e um espaço de intermediação de interesses para a formação de novas coalizões produtivas. Segundo o autor, o BNDES, além de se constituir no principal financiador de longo prazo da indústria de transformação e infra-estrutura, cumpre um papel estratégico na oferta de crédito precisamente face às variações cíclicas decorrentes de crises financeiras internacionais, proporcionando com que o ajustamento da economia a essas crises tenha efeitos menos nocivos sobre as taxas de investimento, emprego e crescimento<sup>5</sup>. Conforme dados apresentados na análise de Santana, o BNDES responde por 20% de todo o crédito dos bancos brasileiros ao setor privado, o que, somado com os demais bancos públicos, passou a representar em 2009 um volume relativo de crédito equivalente ao setor bancário privado nacional, ou cerca 18% do PIB . Ao todo, os bancos públicos federais respondem por 38% do total de crédito oferecido pelo sistema bancário. O BNDES vem mantendo seu desembolso num ritmo crescente, sendo que entre 1999-2002 praticamente dobrou o volume de desembolsos, e aumentou 175% entre 2003-2008. Santana conclui que essas instituições de crédito e investimento estatais compõem um dos legados institucionais que se tornaram objetos de uma nova tradução da política de desenvolvimento contrariando o diagnóstico hegemônico acerca do papel autóctone das forças de mercado na dinâmica recente de expansão econômica no Brasil.

iii. A crise, a resposta do governo e o papel das políticas de inclusão

Num excelente trabalho escrito em 1997 comparando as trajetórias do Brasil e do México em termos das relações entre regime de acumulação e regime político, Marques Pereira e Théret (2009) mostram de maneira arguta como as opções dos dois países, fundadas numa tradição bastante próxima de desenvolvimento no período inicial da industrialização por substituição de importações (regime de acumulação idênticos no plano macro-econômico, mas alcançados a partir de regimes políticos distintos e formas institucionais de regulação diferenciadas e contrastantes), começaram a se distanciar a partir dos anos 1970, com

---

<sup>5</sup> Confirmando essa tendência de atuação incisiva, o BNDES , no dia 07/10/2008, logo após a eclosão da crise, anunciou a ampliação das linhas de financiamento à exportação diante da escassez de crédito no mercado. Na ocasião foram destinados R\$ 5 bilhões adicionais, tendo em vista o financiamento das operações de pré-embarque. Tais recursos poderiam ser utilizados para bens de capital e bens de consumo (BNDES amplia linhas de financiamento à exportação para suprir escassez de crédito no mercado, 07/10/2008.Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2008/20081007\\_not176\\_08.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2008/20081007_not176_08.html))

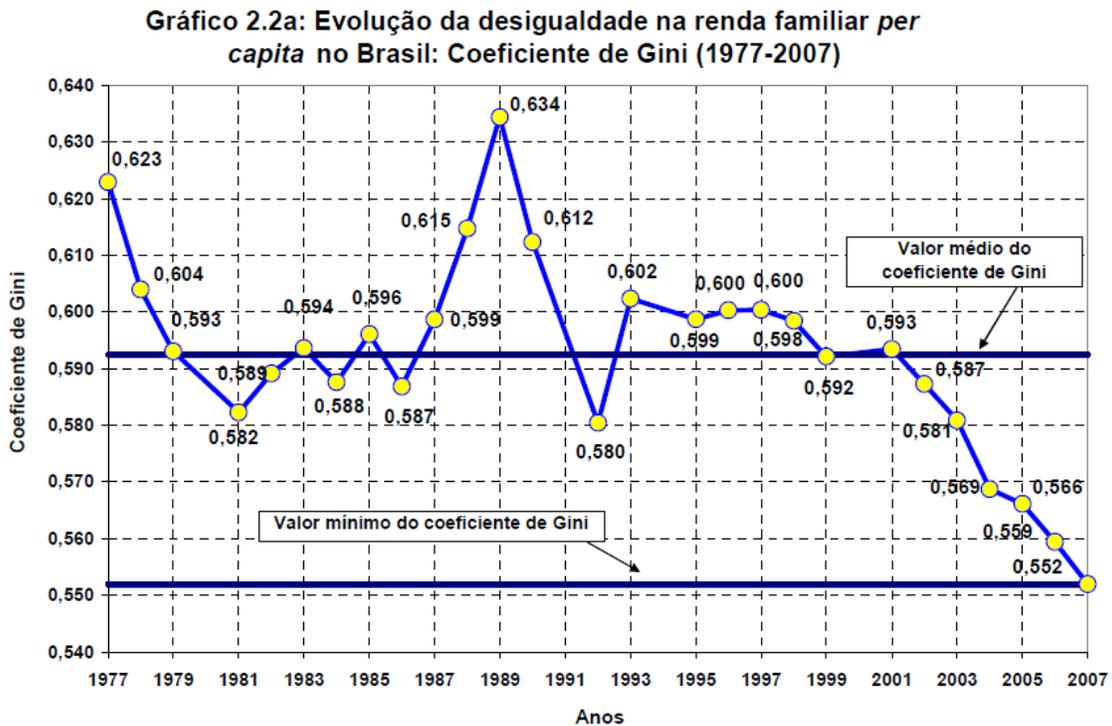
possíveis conseqüências para o desempenho econômico posterior de cada um deles. Na mesma direção em que argumentamos no presente trabalho, esses autores enfatizam a importância da lógica da política como fator condicionante do desenvolvimento econômico e das trajetórias que se observam em cada caso: enquanto no Brasil o governo militar aprofundava a ISI na direção de bens de capital com concentração de rendas, no México o PRI favorecia uma estratégia de ampliação da demanda sem se preocupar com o rearranjo da estrutura produtiva. As heranças das formas institucionais da regulação à época da ISI teriam, assim, moldado diferentemente as respostas de cada um dos países aos desafios da globalização financeira e da liberalização: clientelismo na gestão das relações salariais, estruturalismo na gestão monetária e financeira e nacionalismo econômico no plano simbólico caracterizavam a trajetória brasileira, em contraste com corporativismo, monetarismo e nacionalismo político no caso mexicano. Partindo desta diferenciação entre os processos de intervenção do estado, as formas de proteção social e a natureza do regime político, os autores traçam um cenário que se mostrou extremamente pertinente para a compreensão do quadro atual: a importância crucial da alternativa político-democrática combinada à possibilidade de aprofundamento de uma via de crescimento voltada para o mercado interno, aliada a uma perspectiva de redistribuição da renda como a rota possível de desenvolvimento no caso do Brasil, por contraste ao caso do México que se encaminhou na direção de democratização tardia, e crescimento voltado para fora<sup>6</sup>.

A opção por políticas focalizadas de redução da pobreza e da desigualdade social, embora tivessem constado da pauta do governo FHC, alcança a posição de prioridade de desenvolvimento apenas no governo Lula, ilustrando precisamente a definição de uma estratégia de desenvolvimento fortemente baseada na incorporação social e expansão do mercado interno. Trata-se de um conjunto compreensivo de políticas que tem no Bolsa Família a matriz fundamental mas que inclui uma série de outras iniciativas complementares, voltadas à extensão da cidadania e inclusão no consumo, sendo a mais recente das quais a inclusão financeira, isto é, o acesso ao sistema bancário como uma porta, por sua vez, à difusão de programas de micro-crédito.

---

<sup>6</sup> “L’ampleur du risque proprement financier que signifie dans le cas du Brésil la réduction d’un potentiel de croissance qui continue de reposer sur l’expansion d’un marché intérieur, même élargi à l’échelle du MERCOSUR, dépend donc de la scène politique. [...] La conclusion qui s’impose sur le plan normatif de cette analyse comparative du jeu sur la longue durée des médiations institutionnelles de la régulation est que la réduction des inégalités sociales et régionales constituent, dans un cas comme dans l’autre, une condition fondamentale du développement” (Marques Pereira & Thérêt, 2009, p.42).

Alguns dos efeitos dessa orientação de políticas podem ser plenamente avaliados, tendo por base dados da última PNAD (2007). Conforme o documento do IPEA (2008) analisando os resultados desta pesquisa, o grau de desigualdade de renda no país caiu de maneira acelerada e contínua neste século e declinou 7%, passando de GINI 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, correspondendo a uma taxa de redução média anual de 1,2%, como se pode observar no gráfico abaixo.



A referida pesquisa também utilizou outros indicadores: a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres. Em ambos os casos, esses indicadores demonstram um declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda entre 2001 e 2007: a razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres declinou 5,2 pontos percentuais neste período entre 2001-2007 (IPEA, 2008). O estudo salienta ainda que essa queda acentuada na desigualdade de renda observada desde 2001 é a mais duradoura já ocorrida nas últimas três décadas, contabilizando seis anos de queda contínua na desigualdade de renda. Ao longo do período 2001–2007, a renda dos mais pobres cresceu

substancialmente e, por conseguinte, declinaram os níveis de pobreza e de extrema pobreza. A análise estima que o declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido do que o necessário para o país atingisse a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio em 2015, à qual de fato se chegou já em 2006 (IPEA, 2008).

Segundo a mesma fonte, no que se refere à mobilidade social, a pesquisa de 2007 revela dados surpreendentes. Em primeiro lugar, fica evidente que houve mudança significativa no Brasil, com uma queda da população vivendo no grupo mais baixo de renda (até R\$ 545,66 de renda familiar por mês), que passou a representar apenas 27,4% da população (IPEA, 2008). Isso corresponde a 13,8 milhões de pessoas que subiram de faixa social, sendo 10,2 milhões do grupo 1 para o grupo 2 (de renda intermediária entre de R\$ 545,66 a R\$ 1350,82 de renda familiar por mês); 3,6 milhões do grupo 2 para o grupo 3 (de maior renda de R\$ 1.350,82 e acima). A maior mudança está concentrada na passagem do grupo 1 para o grupo 2, representando 74,0% do conjunto dos indivíduos que lograram ascender socialmente. Na passagem do grupo 1 para o 2, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste somadas tiveram maioria dos que lograram ascender. Estes somaram 5,3 milhões de pessoas ou 53,2% dos que alcançaram um novo estrato. Já entre o segundo e o terceiro grupo, a concentração é claramente no Sudeste e Sul do país. Essas duas regiões concentraram 69,9% dessas pessoas, ou seja, 2,7 milhões de indivíduos.

Alguns dados relativos à redução da pobreza são também reveladores. Observe-se, neste sentido, a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, especialmente a partir de 2003.

**Pobreza - pessoas indigentes (P0)**

Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de extrema pobreza.

Ano            %

1995	0,14
1996	0.15
1997	0.14
1998	0.14
1999	0.14
2000	0.16
2001	0.14
2002	0.13
2003	0.14
2004	0.12
2005	0.11
2006	0.09
2007	0.08

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

No que se refere ao desempenho recente em termos de emprego, os resultados indicam também um salto importante em anos recentes. Segundo os resultados divulgados pela última PNAD (2007), a expansão do nível de ocupação foi de 1,6%, passando de 89,3 milhões em 2006 para 90,8 milhões em 2007. Além disso, o rendimento real médio dos ocupados com remuneração apresentou um crescimento de 3,2%, atingindo o maior patamar desde 1996. A taxa de desemprego caiu marginalmente para 8,2%, o menor valor para a taxa de desemprego na década atual. Houve aumento líquido dos postos de trabalhos ditos formais ou protegidos e a diminuição daqueles vinculados à informalidade. Em consequência dessa composição da expansão da ocupação, o grau de informalidade caiu de forma expressiva, passando de 55,1% em 2006 para 54,1% em 2007. Restringindo-se aos vínculos mais concretos (assalariamento remunerado, trabalho autônomo e empregadores), a informalidade passou de 49,8% para 48,9% nesse mesmo período. Uma consequência foi o fato de que a queda da informalidade se refletiu no aumento do percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência, que passou de 48,8% em 2006 para 50,7% em 2007,

sendo que o aumento do número de contribuintes foi praticamente igual ao aumento de trabalhadores com vínculos protegidos IPEA (2008a).

Os gráficos a seguir ilustram de maneira bastante clara as tendências anteriormente apontadas, todas essas, em curso já anteriormente à eclosão da crise dos mercados:

Gráfico 1  
Nível de Ocupação (Milhares)

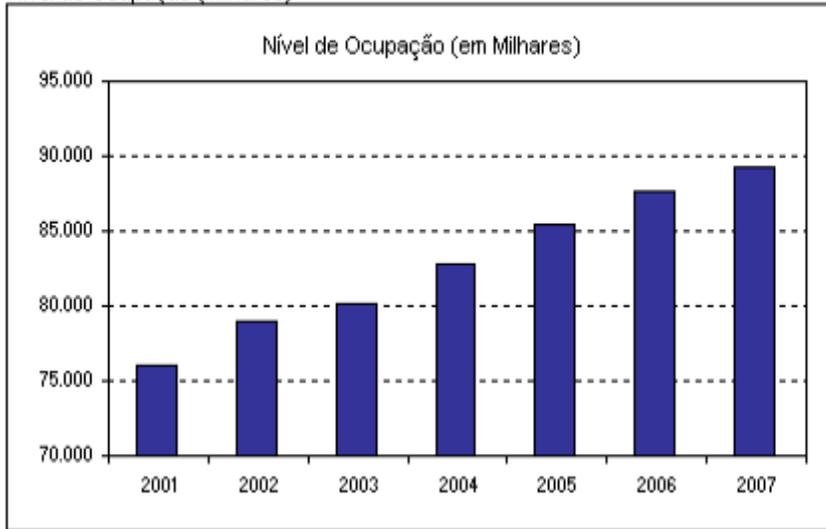


Gráfico 2  
Taxa de Desemprego (%)

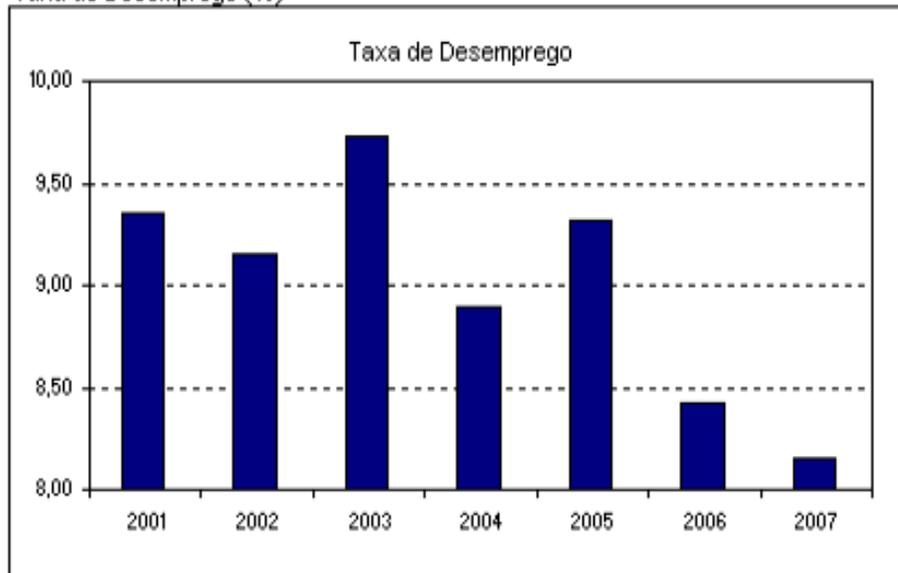
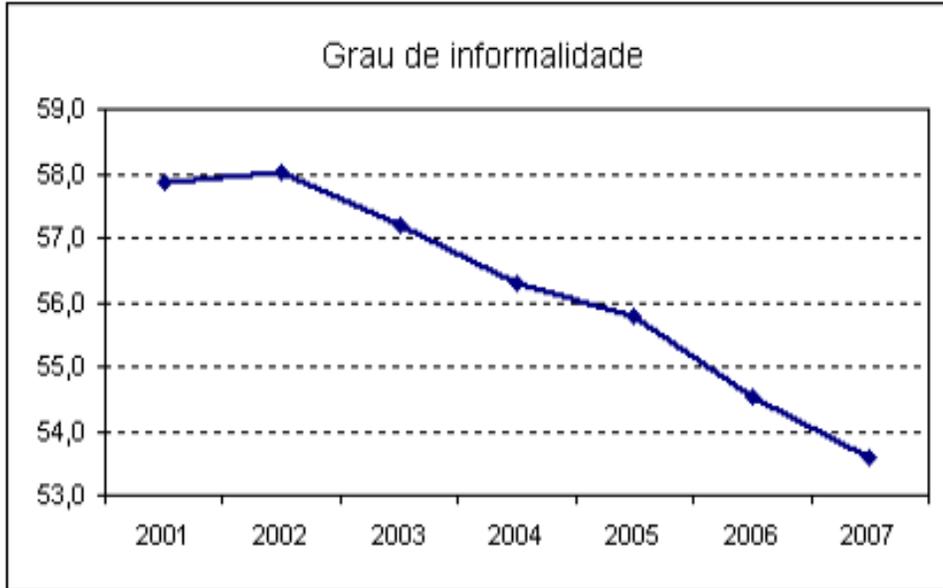


Gráfico 3  
Grau de Informalidade



É na esteira dessas políticas prévias e também na montagem de uma arquitetura institucional que foi se constituindo ao longo do tempo que se pode entender a maneira pela qual as medidas anticíclicas adotadas pelo governo para o enfrentamento da crise surtiram efeito, posto que se constituem políticas visando assegurar e a ampliar a inclusão de setores excluídos do consumo, a produção do setor industrial em bens de consumo duráveis voltados primordialmente (mas não apenas) ao mercado interno e, conseqüentemente, a manutenção do nível de emprego, através da concessão de incentivos e desoneração fiscais, como se mostra a seguir.

A crise dos mercados financeiros certamente impactou a economia brasileira, em alguns aspectos afetando os resultados positivos anteriormente mencionados. Quando a crise atingiu o país, constatava-se, como se viu, um período de bom desempenho em relação ao emprego, se comparado aos últimos 30 anos, com uma taxa de desemprego em torno de 6%. Todavia, a bolha do mercado imobiliário americano com endividamento por meio dos subprimes (créditos podres) fez com que o Brasil perdesse, em apenas três meses – novembro, dezembro de 2008 e janeiro de 2009 –, 800 mil empregos formais.

Um aspecto singular desta crise em comparação com outras anteriores é o fato de que o combate à pobreza e à desigualdade foram mais intensos. Assim a ampliação do programa Bolsa Família impediu com que as pessoas que ficassem desempregadas se convertessem em

novos pobres, segundo o IPEA. Em média, de outubro de 2008 a junho de 2009, a taxa de pobreza caiu 2,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Nesse período, 503 mil pessoas saíram da condição de pobreza e a desigualdade caiu 0,4%. Conforme o IPEA, desta forma, após um ano do período mais agudo da crise as taxas de pobreza e de desigualdade permaneceram praticamente no mesmo nível que antes de 2008. Assim, o grande resultado desta crise teria sido uma parada súbita na redução da pobreza e da desigualdade, que vinha ocorrendo a um ritmo forte nos últimos anos, com uma média de 5 milhões de pessoas deixando a pobreza a cada ano.<sup>7</sup>

Entre as principais medidas anticíclicas adotadas, podem ser destacadas as seguintes:

- (1) aumento real superior a 6% do salário mínimo que começou a ser pago a partir de março – cabendo ressaltar que 2/3 dos benefícios da previdência têm valor de um salário mínimo;
- (2) todos os benefícios pagos pela previdência cujo valor é superior a um salário mínimo foram reajustados de acordo com a inflação passada - ou seja, não houve perda de poder de compra de 2008 para 2009;
- (3) ampliação do crédito direcionado, principalmente, aqueles que são ofertados pelas instituições financeiras públicas, especialmente, o BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil;
- (4) criação de duas novas alíquotas de imposto de renda sobre a pessoa física - o que fez aumentar de forma significativa a renda disponível;
- (5) decisão de inclusão de mais 1,3 milhão de famílias no programa bolsa-família;
- (6) concentração de esforços para realização dos projetos de investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- (7) redução da meta de superávit primário anual, anteriormente, estabelecida em 4,3% do PIB para 2,5%;
- (8) lançamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida de construção de 1 milhão de moradias o qual visa construir um milhão de moradias para a população com renda até 10 salários mínimos. Este programa exigirá um montante de investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões e procurará manter aquecido o setor de construção civil, subsidiando moradias para os mais pobres. Segundo as estimativas da Caixa Econômica Federal, 800 mil empregos serão criados ainda este ano.

---

<sup>7</sup> Políticas anticíclicas protegem base da pirâmide, 09/09/2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=11914](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=11914)

(9) manutenção/ampliação dos gastos públicos com pessoal, programas sociais e atividades finalísticas do Estado brasileiro e,

(10) redução de IPI (Imposto sobre Produtos industrializados) em diversos segmentos, entre eles, o automobilístico<sup>8</sup>.

No tocante às medidas de cunho econômico, a redução do IPI em setores como eletrodomésticos, construção civil e indústria automotiva foi responsável pela manutenção de até 60 mil empregos diretos e indiretos na economia e por 13,4% das vendas de automóveis no país no primeiro semestre, representando uma venda adicional de 191 mil unidades<sup>9</sup>. Por conseguinte, esses números mostram que a política anticíclica surtiu efeitos positivos ao estimular o consumo, aumentar as vendas, movimentar a economia e fazer com que o consumidor desembolsasse sua poupança num período em que as grandes incertezas geradas pela crise o aconselhavam a fazer o contrário. Portanto, o corte de IPI em tais setores foram especialmente importantes para dinamizar a economia.

As medidas anticíclicas tomadas pelo governo também tiveram impacto positivo em relação ao emprego, na medida em que mais da metade das vagas perdidas foram recuperadas, o que proporcionou o aumento do poder de compra das famílias bem como o estímulo ao crescimento. Em março último, o índice de pessoas sem emprego caiu para cerca de 9% nas seis principais regiões metropolitanas do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Grandes empresas como a Vale e a Embraer anunciaram cortes expressivos no quadro de pessoal e reduziram a produção. Mas, para surpresa da maioria dos analistas, em vez de jogar contra, o mercado de trabalho se tornou a tábua de salvação da economia brasileira.

Os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, os aumentos reais (acima da inflação) do salário mínimo e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mesmo sendo executado com lentidão, ajudaram o Brasil a sair mais rápido da crise, na medida em que favoreceram uma parcela da população que estava desprotegida e, dificilmente, seria incluída na economia formal.

---

<sup>8</sup> PIB cresceu 1,9%: a crise era um V, 14/09/2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=12005](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12005)

<sup>9</sup> A mão visível do governo, 02/09/2009. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/02/e020927895.asp>

Tendo em vista a bem sucedida saída do Brasil da crise financeira internacional, em 22 de Setembro de 2009, a agência de classificação de risco Moddy's elevou o país à categoria de Grau de Investimento. O Brasil, então se torna grau de investimento pelas três agências classificadoras de risco: a Standard and Poor's, a agência canadense Dominion Bond Rating Service e as japonesas Rating and Investment Information e Japan Credit Rating Agency. A singularidade reside no fato de que o Brasil foi o único país a ter a sua categoria elevada para grau de investimento pela Moddy's<sup>10</sup>.

No tocante ao desempenho da indústria, a carta n° 371 do IEDI, "Produção e Emprego Industriais: Sinais Mais Positivos com Características Regionais e Setoriais Distintas" havia previsto uma melhora significativa na produção industrial, apontando que, se o cenário externo continuasse favorável como vinha acontecendo nos últimos meses poderia haver uma recuperação dos níveis de produção da indústria verificados antes do agravamento da crise. A evolução recente da produção, a despeito de apresentar, nos cinco primeiros meses deste ano, um ritmo ainda tímido de crescimento e taxas bastante negativas quando comparada à produção de igual período de 2008, mostra uma tendência mais positiva na margem. Ela apresenta, contudo, desempenho diferenciado em cada região.

De fato, a produção em alguns estados começa a melhorar como é o caso de São Paulo. Em maio frente abril, a produção industrial paulista cresceu 2,4%, na série com ajuste sazonal, após crescer 1,1% em abril. Evidentemente, isso não quer dizer que a indústria de São Paulo já recuperou seus níveis de produção de setembro de 2008, mês que antecedeu o agravamento da crise internacional. No confronto com maio de 2008, constatou-se recuo de 11,6% e, no acumulado dos cinco primeiros meses de 2009, a produção industrial paulista caiu 14,6%. No entanto, o aumento de 2,4% em maio pode significar o início de uma recuperação da indústria de São Paulo, o que tem efeitos extremamente importantes para o conjunto da indústria brasileira, na medida em que o parque industrial paulista é um grande demandante de bens de outras regiões do País. Assim, na avaliação preliminar do IEDI, com base no comportamento da produção em maio de 2009, constata-se uma tendência a que a

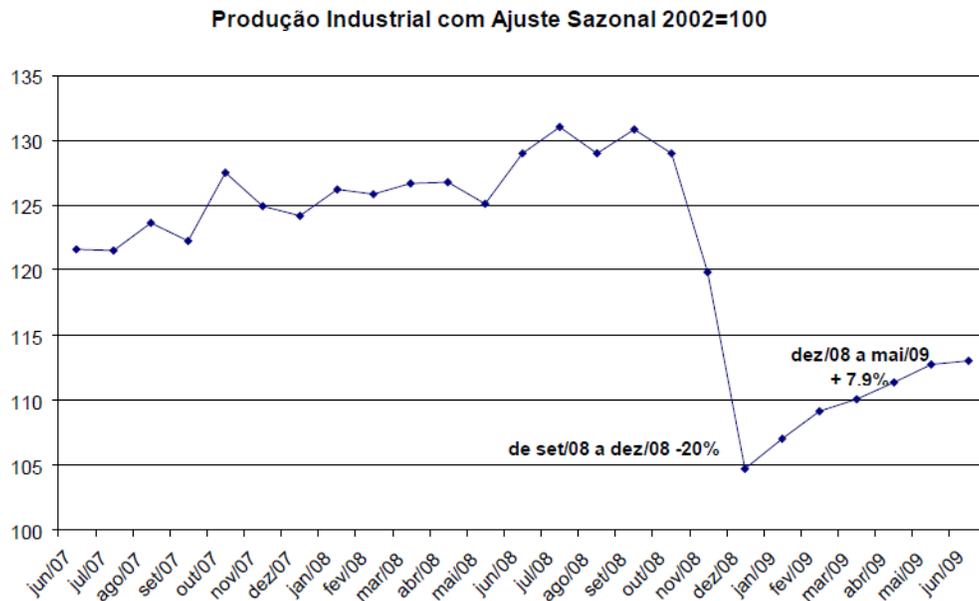
---

<sup>10</sup> Na visão da Agência "as chances de que o Brasil continue melhorando seu perfil de crédito são razoavelmente altas", uma vez que "as condições econômicas parecem ser favoráveis para constantes reduções dos indicadores de dívida do governo, devido à perspectiva de crescimento no curto prazo e à probabilidade de que as condições macroeconômicas continuarão validando taxas de juros de um dígito, condição que mudaria de maneira fundamental a dinâmica da dívida". A perspectiva positiva dada pela Moody's ressalta ainda "a ausência de desequilíbrios macroeconômicos fundamentais na economia brasileira, uma condição favorável visto que coloca o país numa posição privilegiada em relação aos outros créditos soberanos na mesma categoria de rating, e que têm maiores desafios fiscais e externos Brasil torna-se Grau de investimento pela Moddy's. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2009/Nota-Moodys-220909.pdf>

indústria esteja reagindo positivamente, apoiada na melhora das condições do crédito, na desoneração do IPI e na demanda interna. Há sinais mais consistentes de que a indústria já teria se ajustado, o que poderia abrir caminho para uma recuperação em ritmo mais forte no segundo semestre deste ano. Portanto, as medidas anticíclicas anunciadas pelo governo – prorrogação da desoneração de impostos para automóveis, motos, linha branca, material de construção e caminhões, farinha de trigo e pão e a redução de imposto para bens de capital, e, sobretudo, a redução do custo dos financiamentos do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos – devem favorecer essa reação da indústria<sup>11</sup>.

A produção industrial, com ajuste sazonal, segundo dados da PIM/IBGE, depois de ter apresentado uma queda de cerca de 20% entre setembro e dezembro de 2008, já acumula um crescimento de 7,9% entre dezembro/08 e junho/09 (Constanzi, 2009) (Gráfico abaixo).

**Produção industrial com ajuste sazonal 2002=100 PIM-IBGE – Brasil junho/2007 a junho/2009**



Fonte: Constanzi (2009), a partir de dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física PIM do IBGE.

<sup>11</sup> Carta IEDI n. 370 - Produção Industrial em Maio de 2009: Recuperação Gradual. Disponível em: [www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)

iv. Conclusão: instauração de um ciclo virtuoso?

Desenvolvimento envolve processos de longo prazo que podem ser melhor avaliados apenas em perspectiva, desta forma por vezes introduzindo fortes incertezas quanto sentido e direção da mudança em determinada conjuntura. Em certos aspectos, sobretudo aqueles referentes a dimensões estruturais, pode-se verdadeiramente falar em dependência de trajetória em termos de escolhas institucionais feitas em momentos iniciais da mesma e que vão gerando rendimentos crescentes, como por exemplo, no que se refere às instituições do estado, às burocracias e às instituições políticas capazes de assegurar governabilidade e eficácia da atuação do poder executivo. Em outros aspectos, como é o caso das formas de proteção social associadas a um determinado regime produtivo, seria mais adequado falar de uma trajetória que se altera na medida em que os processos deslanchados a partir de políticas podem ser objeto de correção ou redirecionamento, até mesmo de maneiras bastante radicais, em função de mudanças nos quadros de referência das elites. Pode-se afirmar também que, dependendo do contexto, um mesmo fator pode representar obstáculo ou favorecer o desenvolvimento.

No caso brasileiro, como se procurou mostrar, o longo prazo indica, de um lado, a dependência de trajetória no que diz respeito às instituições do estado enquanto coordenadoras da atividade econômica e, de outro lado, a continuidade de uma trajetória que sofreu correções ao longo do tempo no que diz respeito às políticas de proteção e inclusão sociais. Finalmente, um fator como o tamanho da população, pode passar de obstáculo num passado recente a um facilitador para o processo de crescimento em outra conjuntura, como parece ser o caso agora. O atual momento parece indicar a instauração de um ciclo virtuoso em função de uma confluência bastante singular de fatores. Começando com um processo tardio de aparelhamento do estado nos anos 1930 – na realidade fruto de uma ruptura efetivada através da política com o modelo oligárquico agro-exportador – progressivamente se aprofunda a industrialização por substituições de exportações combinada, contudo, a um processo de concentração da renda e exclusão social. Sob governos autoritários e interstícios democráticos, esta lógica foi levada mais adiante pelas elites dirigentes sob uma conjuntura de progressivo endividamento externo e altas taxas de inflação que acabaram por esgotar esta modalidade de desenvolvimento predominante até fins dos anos 1970. Ao mesmo tempo, no plano do regime político observa-se a transição para uma democracia competitiva e pluralista, caracterizada pela plena expansão do universo político. A virada neoliberal

provocou um redimensionamento do estado e nas modalidades de intervenção estatal, mais voltadas a uma regulação pelo mercado e combinada a instrumentos ortodoxos de política macro-econômica. O sistema financeiro, que havia passado por um conjunto de reformas já na década de 70, foi saneado e regulado quando da implementação do plano Real de estabilização. Mas perduraram estruturas e instituições do modelo anterior, mormente aquelas voltadas às formas de articulação do estado com o setor privado e outras de fomento e financiamento das atividades produtivas.

Pela via democrática um partido de bases sindicais emerge na cena política e, alcançando o centro do poder, implanta políticas de corte desenvolvimentista, mantendo, no entanto, os princípios da estabilidade monetária do período anterior através da administração da taxa de juros, do câmbio e do gasto público. Um divisor de águas na orientação deste governo foi a prioridade concedida às políticas de redução da pobreza e de inclusão social. É neste quadro que se pode avaliar o impacto da crise internacional e as medidas emergenciais adotadas para fazer frente à desaceleração econômica que atingiria o país. O que se pode denominar de “expansão da fronteira social”, além de um traço marcante da nova conjuntura é também a porta que se abre a um modelo de desenvolvimento calcado na possibilidade de expansão do mercado interno, sem descuidar da inserção competitiva para fora, por sua vez assegurada por uma pauta de exportações extremamente diversificada e complexa, na qual os produtos primários e o setor de agro-negócios são apenas alguns dos componentes. Aliando-se estas tendências a uma política externa bastante incisiva no cenário global, marcada ademais por uma forte orientação na direção da integração regional, é possível vislumbrar a instauração de um quadro positivo para o desenvolvimento do Brasil. Observe-se ainda, o rico potencial energético que se abre com a exploração da camada do pré-sal e os recursos ecológicos que demandam atuação incisiva no âmbito da regulação e da implantação de estratégias de sustentabilidade. Este quadro não apenas potencializa o retorno do Estado como o ator central no novo modelo de desenvolvimento, senão que o situa como o cerne do regime produtivo. Problemas certamente os há, sobretudo no plano da governabilidade e da possibilidade de processar o intenso conflito de interesses envolvendo oligarquias tradicionais, os grandes proprietários rurais e setores conservadores em geral. Mas é precisamente neste plano que a política pode fazer a diferença como um jogo em aberto que articula, a um tempo as incertezas e as oportunidades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R.(no prelo, 2009) “Entrando no clube: o BNDES e a inserção brasileira no capitalismo internacional” IN Boschi, R. (org.) *Varietades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Ed.UFMG/IUPERJ.

AMABLE, B. (2003). *The Diversity of Modern Capitalism*. Oxford, Oxford University Press.

ANASTASIA, F; MELO, C. R. & SANTOS, F. (2004). *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. São Paulo, Editora da UNESP/Fundação Konrad Adenauer.

ARBIX, G & NEGRI, J. A. (2006). “Uma Nova Competitividade da Indústria e o Novo Empresariado: Uma Hipótese de Trabalho”. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 19, nº 2, Abr./Jun.

ARNSON, C. & PERALES, J.R. (2007). *The New Left and Democratic Governance in Latin America*. Washington D.C., Woodrow Wilson Center.

BECKER, U. (2007). “Open systemness and Contested Reference Frames and Change: A Reformulation of the Varieties of Capitalism Theory” IN *Socio-Economic Review*, (5).

BOSCHI, R. (2009). “Elites Parlamentares e a Agenda Pós-neoliberal: Brasil e Chile” IN ANASTASIA, DÍAZ, IGNÁCIO & ROCHA *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte, Ed.ARGUMENTVM.

\_\_\_\_\_ (2008) “Capacidades estatales y políticas de desarrollo en Brasil: tendencias recientes”, IN Sáez, M.A. & Melo, C.R (Eds.) *La Democracia Brasileña, Balance y Perspectivas para el Siglo XXI*. Salamanca, Ediciones Univesidad de Salamanca.

\_\_\_\_\_ (2006). *Business, Economic Reform and the State: Development Perspectives in Brazil*, trabalho apresentado no XXIII Congresso da IPSA, Special Session S01 289 Reforming Policies, Fukuoka, Japão, *Mimeo*.

\_\_\_\_\_ (2006). “Setor Privado, Reestruturação Econômica e Democratização na América Latina” In Domínguez, J.M. e Maneiro, M (Eds.) *América Latina Hoje*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_ (2004). “Instituciones Políticas, Reformas Estructurales y Ciudadanía: Dilemas de la Democracia en Brasil”. *Política*. Santiago de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, vol. 42.

BOSCHI, R. & GAITAN, F. (2008), “Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile” IN Lima, M.R.S.(Ed.) *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul*, Rio de Janeiro, Edições IUPERJ.

\_\_\_\_\_. (2008a). “Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina”, IN Caderno CRH, vol. 21, 53 (301-317).

\_\_\_\_\_. (2009) “Outra volta no Parafuso Desenvolvimentista- um Manifesto” IN *Insight Inteligência*, 45, junho.

BOSCHI, R. & LIMA, M. R. S. (2002), “O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório”, in L. Werneck Vianna, *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/IUPERJ.

BOYER, R. (2005). “How and Why Capitalisms Differ”. *Economy and Society*, vol. 34, nº 4, pp. 509-557.

BRESSER PEREIRA, L. C. (2005). “Proposta de desenvolvimento para o Brasil”. In Sicsú, João; Paula, Luis Fernando de e Michel, Renaut (orgs). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade*. São Paulo, Editora Manole.

\_\_\_\_\_. (2006). “O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional” IN *São Paulo em Perspectiva*, 20 (1), janeiro-março.

\_\_\_\_\_. (2009). *Mondialisation et Competition: Pourquoi Certains Pays Émergents Réussissent et d’Autres Non*. Paris, Editions la Découverte.

CAMPBELL, J. L.& PEDERSEN, O.(2007). “The Varieties of Capitalism and Hybrid Success: Denmark in the Global Economy” IN *Comparative Political Studies*, vol.40, 3 (307-332).

COATES, D. (2005). *Varieties of Capitalisms, Varieties of Approaches*. New York, Pelgrave/McMillan.

CONSTANZI, R. N.(2009). “Crise Global e Impactos no Brasil: O Problema da Estabilidade da Instabilidade Financeira”, *Informações FIFE*, Agosto.

COSTA, W. M. R. (2006). Os Conselhos do CDES: Experimento sem Conclusão”. *Insight Inteligência*, nº 32, março.

CROUCH, C. (2005). *Capitalist Diversity and Change: Recombinant Governance and Institutional Entrepreneurs*. Oxford, Oxford University Press.

CROUCH, C. & FARRELL, H. (2004). “Breaking the Path of Institutional Development? Alternative to the New Determinism” IN *Rationality and Society*, 16 (5).

DEEG, R. (2005). “Path Dependency, Institutional Complementarity, and Change in National Business Systems” IN Morgan, Whitley and Moen (Eds.) *Changing Capitalisms?*

*Internationalization, Institutional Change, and Systems of Economic Organization*. Oxford, Oxford University Press.

DEEG, R. & JACKSON, G. (2007). "The State of the Art: Towards a More Dynamic Theory of Capitalist Variety" IN *Socio Economic Review*, (5, 149-179).

DEZALAY, Y. & GARTH, B. (2002). *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago, University of Chicago Press.

DINIZ, E. (2000). *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*, Rio de Janeiro, FGV.

DINIZ & BOSCHI, R. (2004). *Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do Desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Ed UFMG.

\_\_\_\_\_(2007). *A Difícil Rota do Desenvolvimento: Empresários e a Agenda Pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DOMINGUES, J.M. (2008). *Latin America and Contemporary Modernity: A Sociological Interpretation*. New York, London, Routledge.

DONER, Richard F. & SCHNEIDER, Ben R. (2000). "Business Associations and Economic Development: Why Some Associations Contribute More Than Others". *Business and Politics*, vol. 2, n° 3.

EVANS, P. (1992). "The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change", in S. Haggard e R. Kaufman (eds.), *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts and the State*, Princeton, NJ, Princeton University Press, pp. 139-81.

\_\_\_\_\_. (1995). *Embedded Autonomy, States & Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. (1997). "The Eclipse of the State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization". *World Politics*, Vol. 50, n° 1, pp. 62-87.

\_\_\_\_\_. (2005). "Harnessing the State: Rebalancing Strategies for Monitoring and Motivation", in Lange, M. e Rueschemeyer, D. (eds.), *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. Palgrave: MacMillan.

\_\_\_\_\_(2008) "Constructing the 21st century Developmental State: Potentialities and Pitfalls" keynote presentation delivered at the DBSA/HSRC conference on "The Potentials for and Challenges of Constructing a Democratic Developmental State in South Africa in Magaliesburg, South Africa, 4 June.

- FOURCADE-GOURINCHAS, M. & BABB, S. (2002). "The Rebirth of the Liberal Creed: Neoliberal Transitions in England, France, Mexico and Chile". *American Journal of Sociology*, vol. 108, n° 3, pp. 553-579.
- GEDDES, B. (1995) *Politicians Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley, University of California Press.
- GERSCHENKRON, A. (1962). *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, Belknap Press.
- GOUREVITCH, P. & SHINN, J. (2005). *Political Power and Corporate Control: The New Global Politics of Corporate Governance*. Princeton, Princeton University Press.
- HAGGARD, S. & KAUFMAN, R. (eds.). (1992), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, Princeton University Press.
- HAGOPIAN, F. & MAINWARING, S. (Eds.) (2005). *The Third Wave of Democratization in Latin America. Advances and Setbacks*. New York: Cambridge University Press.
- HALL, P. (2007). "The Evolution of Varieties of Capitalism in Europe" IN Hancké, Bob; Martin Rhodes and Mark Thatcher (eds.) *Beyond Varieties of Capitalism: Conflict, Contradictions, and Complementarities in the European Economy*. Oxford, Oxford University Press.
- HALL, P. y SOSKICE, D. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford/New York, Oxford University Press.
- HARRIS,R.L.(2008). "Latin America's Response to Neoliberalism and Globalization" IN *Nueva Sociedad* (214, Marzo-abril).
- HENISZ, W. J., ZELNER, B. & GUILLÉN, M. F. (2005), "The Worldwide Diffusion of Market-Oriented Infrastructure Reform, 1977-1999". *American Sociological Review*, vol. 70, n° 6, pp. 871-897.
- HOLLINGWORTH, J. R., SCHMITTER, P.C. e STREECK, W. (eds.). (1994). *Governing Capitalist Economies: Performance and Control of Economic Sectors*. Oxford, Oxford University Press.
- HUBER, E. (2002). *Models of Capitalism: Lessons from Latin America*, University Park, Pennsylvania.
- HUBER, E. NIELSEN,P. & STEPHENS,J.D. (2006). "Politics and Inequality in Latin America and the Caribbean", IN *American Sociological Review*.
- IPEA (2008), "Pobreza e Mudança Social", PNAD 2007: Primeiras Análises, *Comunicado da Presidência*, n.09.

- IPEA (2008a), “Mercado de Trabalho, Trabalho Infantil e Previdência”, PNAD 2007: Primeiras Análises, *Comunicado da Presidência*, n.10.
- JACKSON,G. & DEEG,R.(2006). “How Many Varieties of Capitalism? Comparing the Comparative Institutional Analyses of Capitalist Diversity”, *MPIfG Discussion Paper*, 06/2.
- KITSCHOLT, H., LANGE, P, MARKS, G. & STEPHENS, J. D. (1999). *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KNIGHT, J. (2001). “Explaining the Rise of Neoliberalism: Mechanisms of Institutional Change”, in J. L. Campbell e O. K. Pedersen, *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- KOHLI, A. (2004). *State Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KUCZINSKY, Pedro-Pablo & WILLIAMSON, John. (2004). *Depois do Consenso de Washington: Retomando o Crescimento e a Reforma na América Latina*. São Paulo, Ed. Saraiva.
- KURTZ, M. (2001). “State Developmentalism without a Developmentalist State: The Public Foundations of the ‘Free-Market Miracle’ in Chile”. *Latin American Politics and Society*, vol. 43, n° 2, pp. 1-25.
- LANGE, M & RUESCHEMEYER,D. (eds.) (2005). *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. New York,Palgrave, MacMillan.
- MACHINEA, J.L & SERRA, N (2007). *Visiones del Desarrollo en América Latina*. CEPAL, Naciones Unidas, CIDOB.
- MAHONEY, J. (2000). “Path Dependency in Historical Sociology” IN *Theory and Society* 29 (4).
- MANCUSO, Wagner P. (2007). “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28.
- \_\_\_\_\_. (2004). “O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3.
- MARQUES PEREIRA, J. & THÉRET, B. (2009) [Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-economiques](#) *Ponto de Vista*, n. 9, setembro 2009.
- MENZ, G. (2003). “Re-regulating the Single Market: National Varieties of Capitalism and their Responses to Europeanization”. *Journal of European Public Policy*, vol. 10, n° 4, pp. 532-555.

NORTH, Douglas (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (1998). “Economic Performance Through Time”, in M. C. Brinton e V. Nee, *The New Institutionalism in Sociology*. Stanford, Stanford University Press.

\_\_\_\_\_ (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press, Princeton.

PALIER, B. & SUREL, Y. (2005) “Les ‘Trois P’ et l’Analyse de l’Etat en Action” , IN *Revue Française de Science Politique*, vol 55, 1, février (7-32).

PEDERSEN, J.D. (2008). *Globalization, Development and the State the performance of India and Brazil since 1990*. London, Palgrave Macmillan.

PIERSON, P. (2004). *Politics in Time, History, Institutions and Social Analysis*. Princeton, Princeton University Press.

POLANYI, K. (1944). *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press.

PRZEWORSKI, A. & CURVALE, C. (2007). “Instituciones Políticas y Desarrollo Económico en las Américas: el Largo Plazo” IN MACHINEA, J.L & SERRA, N. *Visiones Del Desarrollo en América Latina*. Naciones Unidas, CEPAL.

REINERT, E. (2007). *How Rich Countries Got Rich...and Why Poor Countries Stay Poor*. London, Constable.

RODRIK, D. (2007). *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth*. Princeton, Princeton University Press.

SANTANA, C.H.V. (no prelo 2009). “Conjuntura crítica, legados institucionais e comunidades epistêmicas: limites e possibilidades de uma agenda de desenvolvimento no Brasil” IN Boschi, R. (org.) *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Ed.UFMG/IUPERJ.

SCHAMIS, Hector E. (2002). *Re-Forming the State: The Politics of Privatization in Latin America and Europe*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

SCHNEIDER, Ben (2008). “Comparing Capitalisms: Liberal, Coordinated, Network, and Hierarchical Varieties”. *Mimeo*.

\_\_\_\_\_. (2004). *Business Politics and the State in Twentieth Century Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1995). “El Abrazo Esquivo: Sinergia entre el Sector Privado y el Estado en los Países de Industrialización Reciente”. *Política y Gobierno*, vol. 2, n° 1.

- SCHNEIDER, Ben R. & MAXFIELD S. (eds.). (1997), *Business and the State in Developing Countries*. Ithaca/London, Cornell University Press.
- SENGHAAS, D. (1985). *The European Experience: A Historical Critique of Development Theory*. Leamington Spa, Berg Publishers.
- SHEAHAN, J. (1987). *Patterns of Development in Latin America: Poverty, Depression and Economic Strategy*. Princeton, Princeton University Press.
- SHONFIELD, A. (1965). *Modern Capitalism*. Oxford, Oxford University Press.
- SICSÚ, J; PAULA, L. F. de & MICHEL, R. (orgs.) (2005). *Novo-Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. São Paulo: Manole, Konrad Adenauer Stiftung.
- SMITH, W., ACUÑA, C. & GAMARRA, E. (eds.). (1994), *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reform, Theoretical and Comparative Perspectives for the 1990s*. New Brunswick/London, Transaction Publishers.
- SOSKICE, D. (1999). “Divergent Production Regimes: Coordinated and Uncoordinated Market Economies in the 1980’s and 1990’s”, in H. Kitschelt, P. Lange, G. Marks e J. D. Stephens, *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- STALLINGS, B. & STUDART, R.(2006). *Finance for Development. Latin America in Comparative Perspective*. Washington D.C., Brookings Institution Press.
- THELEN, K. (2004) *How Institutions Evolve: The Political Economy of Skills in Germany, Britain, the United States and Japan*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TORRE, A., GOZZI, J.C. & SCHMUKLER, S.L. (2007). “El Desarrollo Económico en América Latina” IN MACHINEA, J.L & SERRA, N. *Visiones Del Desarrollo en América Latina*. Naciones Unidas, CEPAL.
- VÁRIOS AUTORES (2004). “Balance de las Democracias Latinoamericanas: Incertidumbre y Procesos de Consolidación”. IN *Política*. Santiago de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, vol. 42.
- WALLERSTEIN, I.et al. (2003). *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo, Xamã.
- WEISS, Linda (forthcoming 2009). “The State in the Economy: Neoliberal or Neoactivist?” IN CAMPBELL, CROUCH, KRISTENSEN, MORGAN, PEDERSEN and WHITLEY (eds.) *Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis*. Oxford, Oxford University Press.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento  
*Publicações Anteriores*

---

Ponto de Vista, Ano 3, N. 1, Janeiro 2010.

Florencia Antía e Arnaldo Provasi Lanzara.

*Los procesos de reforma previsional en Chile, Brasil y Uruguay.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 12, Dezembro 2009.

Krista Lillemets, Tallin University.

*Development and Citizenship in the Semi-Periphery: Reflecting on the Brazilian Experience.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 11, Novembro 2009.

Roberto Ribeiro Corrêa, Universidade Federal do Pará.

*Discutindo e intuindo as novas dimensões da governança corporativa de um banco público regional em ambiente de crise financeira global*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 10, Outubro 2009.

Eduardo Gomes e Fabrícia Guimarães, UFF.

*Como as Instituições contam: o apoio às pequenas e médias empresas no Brasil e na Argentina.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 9, Setembro 2009.

Jaime Marques-Pereira e Bruno Théret, CNRS.

*Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-Economiques.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 8, Agosto 2009.

Alejandra Salas-Porras, UNAM.

*Basis of Support and Opposition for the Return of a Developmental State in Mexico.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 7, Julho 2009.

Luiz Carlos Bresser Pereira, FGV.

*Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 6, Junho 2009.

Eduardo Salomão Condé, UFJF.

*A Rota da Diversidade-Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 5, Maio 2009.

Hernán Ramírez, Universidade Estadual de Londrina.

*Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 4, Abril 2009.

João Francisco Meira e Thiago Rodrigues Silame, UFMG.

*Institucionalização, Desenvolvimento e Governabilidade na Bolívia e no Paraguai.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.

José Mauricio Domingues, IUPERJ.

*Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.

Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.

*A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.*

Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.

Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.

*Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina-Algumas hipóteses de pesquisa.*

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.

Andrés del Río, IUPERJ.

*El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.*

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.

Aldo Ferrer, UBA.

*Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.*

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.

Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.

*Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.*

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.

Eli Diniz, UFRJ.

*Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milênio.*

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.

Carlos Henrique Santana, IUPERJ.

*Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.*